



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 152/XII/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de julho de 2013, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 151/XII, relativa à reunião de 17 de julho
  
2. Apreciação e votação na especialidade da PPL n.º 131/XII/2.ª (GOV) - Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, do P.J.L. n.º 106/XII/1.ª (PEV) - Altera as normas para velocípedes sem motor do Código da Estrada, P.J.L. n.º 336/XII/2.ª (BE) - Afirma os direitos dos ciclistas e peões no Código da Estrada e P.J.L. n.º 391/XII/2.ª (PEV) - Garante que os veículos em fim de vida não tenham como destino sucatas ilegais, alterando o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro.
  
3. Apreciação e votação na especialidade da PPL n.º 157/XII/2.ª (GOV) - Aprova os requisitos de acesso e exercício das atividades das Empresas de Manutenção de Instalações de Elevação e das Entidades Inspetoras de Instalações de Elevação, e seus profissionais, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno.
  
4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 777/XII/2.ª (PCP) - "Abolição da cobrança de portagens na Via do Infante" e n.º 778/XII/2.ª (PCP) - "Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125."



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 152/XII/ 2.ª SL

5. Projetos de Resolução n.os 647/XII/2.ª (PS), 781/XII/2.ª (PSD/CDS-PP) e 782/XII/2.ª (PCP) - sobre medidas de apoio ao sector automóvel nacional

Eventual elaboração de texto único

6. Outros assuntos

2.ª parte

Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.ª (GOV) - Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo. (Reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública)

---

1.ª parte

**1. Apreciação e votação da ata n.º 151/XII, relativa à reunião de 17 de julho**

Submetida a votação foi a ata n.º 151/XII, relativa à reunião de 17 de julho, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

**2. Apreciação e votação na especialidade da PPL n.º 131/XII/2.ª (GOV) - Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, do PJP n.º 106/XII/1.ª (PEV) - Altera as normas para velocípedes sem motor do Código da Estrada, PJP n.º 336/XII/2.ª (BE) - Afirma os direitos dos ciclistas e peões no Código da Estrada e PJP n.º 391/XII/2.ª (PEV) - Garante que os veículos em fim de vida não tenham como destino sucatas ilegais, alterando o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro.**

No uso da palavra, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) recordou que a votação indiciária destas iniciativas legislativas tinha decorrido no quadro do grupo de trabalho



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 152/XII/ 2.ª SL

de Segurança Rodoviária, durante a qual tinham estado presentes todos os grupos parlamentares com assento na Comissão e relevava para a importância de ter sido possível obter-se o consenso em torno dos artigos da PPL nº 131/XII/2ª, apreciados individualmente, e de se arranjar plataformas comuns de entendimento, do ponto de vista técnico. Destacou também que as alterações introduzidas tinham resultado do contributo das entidades ouvidas, envolvidas neste processo (devendo proceder-se ao agradecimento pela participação verificada), continham recomendações quanto ao desenho urbano, com vista a melhorar a circulação nas estradas, e no domínio dos peões era incentivado o uso das bicicletas, de forma suave, sem barreiras. Por fim, salientava que a proposta inicial do Governo tinha sido bastante alterada.

Em seguida, interveio o Senhor Deputado Jorge Fão (PS) que começou por se centrar nos três objetivos subjacentes à introdução de alterações ao Código da Estrada, designadamente no que se referia à necessidade de sanar inconstitucionalidades, ao reforço dos direitos dos utilizadores vulneráveis e às matérias do foro contraordenacional.

Saudou a coordenadora do grupo de trabalho pela forma como tinha dirigido os trabalhos, com espírito de abertura e envolvendo o maior número de atores possível, tornando possível alcançar os objetivos propostos. Para o PS, exceto no referente aos artigos 17º, 81º, 119º e 119º-A tinha sido obtido o consenso.

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) pronunciando-se sobre o mesmo assunto, referiu-se à boa coordenação do grupo de trabalho, à necessidade que havia de ultrapassar as inconstitucionalidades existentes e à divulgação dos modos suaves de circulação e que não estavam consagrados no anterior Código da Estrada. Também tinha sido possível, em alguns casos, contemplar os objetivos propostos pelas associações de ciclistas.

A finalizar, o Senhor Presidente anunciou que a votação das iniciativas em apreciação, feita em sede de grupo de trabalho da Segurança Rodoviária e constante de [relatório de votações](#) próprio, de acordo com a pronúncia dos grupos parlamentares presentes na reunião da Comissão, estava sufragada.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 152/XII/ 2.ª SL

Em seguida, propôs a divulgação das alterações introduzidas no Código da Estrada, através de informação, em conjunto com as entidades policiais. Neste sentido, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) sugeriu que a Assembleia da República poderia ser o palco dessa ação de informação, o que foi objeto de consenso.

**3. Apreciação e votação na especialidade da PPL n.º 157/XII/2.ª (GOV) - Aprova os requisitos de acesso e exercício das atividades das Empresas de Manutenção de Instalações de Elevação e das Entidades Inspetoras de Instalações de Elevação, e seus profissionais, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno.**

Submetida a votação, na especialidade, a Proposta de Lei n.º 157/XII/2.ª (GOV) foi aprovada, nos termos do [relatório de votações](#)

**4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 777/XII/2.ª (PCP) - "Abolição da cobrança de portagens na Via do Infante" e n.º 778/XII/2.ª (PCP) - "Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125."**

Não havendo alterações a fazer às informações, iriam as mesmas ser remetidas a Plenário, a fim de serem votados os Projetos de Resolução.

**5. Projetos de Resolução n.ºs 647/XII/2.ª (PS), 781/XII/2.ª (PSD/CDS-PP) e 782/XII/2.ª (PCP) - sobre medidas de apoio ao sector automóvel nacional  
Eventual elaboração de texto único**

Neste ponto da agenda interveio o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) para referir que o texto em apreciação correspondia ao que eram as preocupações



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 152/XII/ 2.ª SL

manifestadas pelo setor automóvel e, tendo sido bem acolhido aguardava-se que, em sede do próximo Orçamento de Estado, fossem apresentadas propostas concretas.

#### **6. Outros assuntos**

Nada houve a tratar neste ponto da ordem do dia.

#### **2.ª parte**

**Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.ª (GOV) - Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo. (Reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública)**

Tendo sido conjunta a reunião com a COFAP, a CEOP participou na discussão na especialidade, e a 5ª Comissão realizou a votação da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.ª (GOV), nos termos regimentais, a qual foi aprovada conforme o [relatório de votações](#)

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2013.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 152/XII/ 2.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Paula Vitorino  
Carina Oliveira  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Paulo Batista Santos  
Rui Paulo Figueiredo  
Cristóvão Crespo  
João Ramos  
Jorge Fão  
Pedro Filipe Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Dias  
Eduardo Teixeira  
Luís Leite Ramos  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago  
Heloísa Apolónia